



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

CARTA-CONTRATO Nº 11 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SC**Processo nº 0004973-57.2022.6.08.8000****CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO CNPJ: 03.910.634/0001-70**

Endereço: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES CEP 29.052-123

CONTRATADA: EXCELENCIA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA CNPJ: 27.631.163/0001-29Endereço: Av. Brasil, nº 3551, loja 5, Centro, Balneário Camboriú/SC 88330-063, Tel/fax: (47) 98822-7434 / 98822-8168 *email: contato@excelenciabc.com***CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Serviço de limpeza das fachadas dos edifícios sede e anexo do TRE-ES, compreendendo a lavagem das esquadrias de vidro, placas de alumínio ACM (externas e internas) e placas de granito, com fornecimento de material de consumo e todos os equipamentos e máquinas necessários à realização dos serviços.

§1º. Fundamento Legal

A contratação tem por base legal a Lei nº 10.520 (Lei do Pregão), de 18/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, Lei nº 8.666/93, e demais alterações posteriores, Resolução TRE-ES nº 140/2017 e obedecerá ao estipulado nesta Carta-Contrato, bem como às disposições constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2023 e seus anexos, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela Contratada, e dirigida ao Contratante, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar desta Carta-Contrato, no que não a contrariem.

§2º. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual;

b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

c) A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

d) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

§3º. Da Comunicação entre Contratante e Contratada

a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico;

- a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico;
- b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail;
- c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informação previamente.

§4º. Especificação do Serviços

- a) Os serviços deverão ser executados com técnicas de alpinismo industrial com a utilização de cadeira suspensa individual, tipo balancim, ou acesso por cordas conforme NR-35, visto que a utilização de andaimes pode danificar as bordas revestidas por alumínio;
- b) A utilização de cadeira suspensa na prestação dos serviços deverá obedecer às Normas Regulamentadoras NR-18 e NR-35, do MTE;
- c) Os serviços de lavagem e limpeza dos vidros, placas de alumínio externos e placas de granito serão executados uma única vez e com a utilização de dispositivos que possa controlar o desperdício de água;
- d) Os serviços de lavagem e limpeza dos vidros, placas de alumínio externos e placas de granito consistem na remoção de resíduos, respingos de tintas, massas e cimento, bem como o enxugamento manual dos vidros para se evitar manchas;
- e) Deverá ser removida toda e qualquer sujidade presente nos vidros, nas placas de alumínio e placas de granito, devendo-se evitar a utilização de material abrasivo, para não danificar os revestimentos existentes e nem provocar arranhões;
- f) Para execução dos serviços deverão ser utilizados produtos adequados aos termos químicos e toxicológicos, autorizados pelo Ministério da Saúde;
- g) Para execução dos serviços de lavagem e limpeza dos vidros, placas de alumínio externos e placas de granito deverão ser utilizados materiais e produtos específicos de limpeza da linha profissional para vidros e alumínios;
- h) É proibida a utilização de lava-jato na limpeza da área envidraçada, tendo em vista que o uso deste equipamento poderá danificar as vedações de silicone das esquadrias;
- i) Executar os serviços no horário de das 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto a limpeza da parte interna, que deverá ser feita nos dias de sábado com autorização expressa do Contratante;
- j) Antes de iniciada a limpeza da parte interna do edifício sede, deverão ser protegidos com lona plástica equipamentos sensíveis à umidade;
- k) Após a limpeza da parte interna do edifício sede deverá ser procedida a secagem do piso;
- l) Execução de Teste de Arrancamento, com emissão de Laudo Técnico completo, com ART, dos pontos de ancoragem dos edifícios Sede e Anexo do TRE-ES que serão utilizados nos serviços, conforme mapeamento contido nos cadernos técnicos (anexos ao edital de licitação);

1.1) Deverão ser utilizados, no mínimo, 02 (dois) pontos de ancoragem para cada dispositivo de descida como redundância de segurança;

1.2) Teste de Arrancamento é o procedimento de inspeção e revisão da resistência de um determinado aparato instalado em um ponto de ancoragem, prevenindo assim a ocorrência de acidentes por queda de altura. Os procedimentos de inspeção devem seguir os parâmetros da NBR 16325-2, e ser realizado por profissional habilitado;

1.3) O objetivo do Teste de Arrancamento é constatar a conformidade com as Normas Regulamentadoras Aplicáveis dos pontos de ancoragem instalado para fins de realização de serviços em altura de um modo geral, com intuito de garantir a segurança do trabalhador designado à tarefa.

§5º. Da Referência para Execução dos Serviços

- a) Edifício Anexo
 - a.1) Fachada lateral esquerda – desenho DE_ARQ_007_R0

Revestimento	Área (m²)	Altura (m)
Esquadria de alumínio natural e vidro, cortina	240,10	37,20
Placas de alumínio composto	282,00	37,20

a.2) Fachada lateral direita – desenho DE_ARQ_008_R0

Revestimento	Área (m²)	Altura (m)
Esquadria de alumínio natural e vidro, cortina	260,90	40,90
Placas de alumínio composto	258,56	40,90

a.3) Fachada Frontal – desenho DE_ARQ_007_R0

Revestimento	Área (m²)	Altura (m)
Esquadria de alumínio natural e vidro, cortina	94,00	40,80
Placas de alumínio composto	162,40	40,80

a.4) Fachada Frontal e Abas laterais

Revestimento	Área (m²)	Altura (m)
Placas de granito	684,00	40,80

b) Edifício Sede

b.1) Fachada lateral esquerda/direita – desenho DE-02-AR-20-015

Revestimento	Área (m²)	Altura (m)
Esquadria de alumínio natural e vidro, cortina	538,16	37,60 a 39,90
Placas de alumínio composto	1.003,74	37,60 a 39,90

b.2) Fachada Frontal – desenho DE-02-AR-20-014

Revestimento	Área (m²)	Altura (m)
Esquadria de alumínio natural e vidro, cortina	347,77	27,0 a 39,90
Placas de alumínio composto	505,78	27,0 a 39,90

b.3) Fachada Frontal – parte interna – Corte AA' - desenho DE-02-AR-20-012

Revestimento	Área (m²)	Altura (m)
Esquadria de alumínio natural e vidro, cortina	39,27	27,0
Placas de alumínio composto	111,85	27,0

b.4) Fachada Frontal – parte interna – Corte BB' - desenho DE-02-AR-20-013

Revestimento	Área (m²)	Altura (m)
Esquadria de alumínio natural e vidro, cortina	228,16	27,0
Placas de alumínio composto	223,80	27,0

b.5) Fachada Frontal – parte interna – vista da parte inferior do 9º andar - desenho DE-02-AR-20-009

Revestimento	Área (m²)	Altura (m)
Placas de alumínio composto	62,18	27,0

c) Quadro resumo dos quantitativos

Item	Especificação	Unidade	Quantidade
1	Esquadria de alumínio natural e vidro, cortina	m²	1.748,00
2	Placas de alumínio composto	m²	2.610,00
3	Placas de granito	m²	684,00
TOTAL A SER CONTRATADO		m²	5.042,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias**, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

parágrafo único. A presente contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contado da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA- DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

- a) Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativos e qualitativos, incluindo:
- a.1) anotação das falhas detectadas e demais ocorrências;
 - a.2) comunicação formal de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
- b) Proceder ao recebimento dos serviços após a sua conclusão, mediante vistoria da fiscalização, em até 05 (cinco) dias úteis;
- c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Proceder à assinatura digital do instrumento contratual em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;
- b) Executar os serviços conforme as especificações previstas neste instrumento;
- b.1) A Contratada deverá planejar, desenvolver, implantar e executar o objeto do contrato, de acordo com os requisitos estabelecidos nas especificações técnicas;
 - b.2) A Contratada deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o plano de trabalho, buscando elucidar junto à fiscalização, antes do início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas;
 - b.3) A Contratada não poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos;
- c) Nomear preposto para, durante o período de vigência deste instrumento, representá-lo na execução do contrato;
- d) Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais com uma equipe de técnicos do Contratante;
- e) Adotar todos os procedimentos de segurança necessários à garantia da integridade física dos transeuntes;
- f) Executar os serviços das 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, observada a legislação trabalhista;
- g) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do contrato, bem como responder pela recuperação dos ambientes em caso de intervenção na estrutura durante a execução do objeto, além de indenizar quaisquer danos pessoais ou materiais causados ao Contratante ou a terceiros por ação ou omissão do pessoal da empresa durante o desempenho das tarefas;
- h) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;
- i) Reportar ao Contratante, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades do TRE-ES;
- j) Responder, por escrito, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo TRE-ES;
- k) Corrigir, alterar e/ou refazer os serviços não aprovados pela fiscalização do contrato, conforme prazo definido por esta, providenciando a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante, quanto ao cumprimento de cláusulas contratuais;
- l) Observar leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato;

- m) Cumprir as instruções, sugestões, observações e decisões que emanem da fiscalização do Contratante, que serão apresentadas por escrito, em 2 (duas) vias e entregues mediante recibo, ou por meio de mensagem eletrônica;
- n) Comunicar ao fiscal a conclusão dos serviços, por escrito, para que seja providenciada a lavratura do Termo de Recebimento;
- o) Entregar as instalações em perfeito estado de funcionamento, removendo todos os entulhos, deixando toda área livre de quaisquer resíduos;
- p) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;
 - p.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;
- q) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;
- r) Manter durante a execução desta contratação todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º. Encargos específicos

- a) Garantir a segurança de seus funcionários, devendo fornecer, antes do início da execução dos serviços, os EPIs necessários para execução do objeto, respeitando o disposto na NR 15 – Atividades e Operações Insalubres, NR 35 – Trabalho em Altura e NR 6 – Equipamento de Proteção Individual e todas as normas do MTE;
 - a.1) o profissional deverá supervisionar diariamente a execução dos serviços para garantir o fiel cumprimento das normas pertinentes;
- b) Para o início da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar à Fiscalização do contrato, em até 2 (dois) dias úteis, contados da data de assinatura do instrumento contratual, a seguinte documentação:
 - b.1) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART), ou documento similar, relativa ao contrato objeto dos presentes autos emitida pelo profissional da área de segurança do trabalho que será o responsável pela segurança dos trabalhadores envolvidos na execução dos serviços, devidamente registrada no conselho profissional competente;
 - b.2) relação de profissionais a serem alocados na prestação dos serviços, com destaque aos respectivos cargos e horários de trabalho;
 - b.3) APR – Análise Preliminar de Riscos, conforme item 35.4.5, da NR-35, do MTE;
 - b.4) cópia do certificado de treinamento para trabalho em altura, dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços;
- c) Em relação à capacitação do trabalhador, considerar-se-ão atendidos os documentos comprovantes em conformidade com o item 35.3.2, e demais itens decorrentes das ações de capacitação, da NR-35, do MTE;
- d) Antes do início da execução dos serviços a Contratada deverá certificar os pontos de ancoragem dos Edifícios Sede e Anexo que serão utilizados através de teste de arrancamento estático, apresentando à fiscalização o laudo de inspeção, observado o disposto no §4º da cláusula primeira.

§2º. Encargos inerentes à mão de obra

- a) Enviar à fiscalização do Contratante a listagem dos funcionários envolvidos no serviço, contendo o nome e o número da Carteira de Identidade, antes de iniciar os serviços, bem como, durante a vigência do Contrato, informar qualquer alteração que venha a ocorrer;
- b) Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante, bem como por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do Contratante, além de todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal,

relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

c) Providenciar e manter qualificação técnica adequada dos profissionais envolvidos nos serviços que compõem o objeto contratado;

d) Manter os responsáveis técnicos pela execução, indicados por ocasião do pregão, participando efetivamente do acompanhamento do serviço;

e) Fornecer aos funcionários uniforme contendo a logomarca da empresa, em quantidade suficiente para a sua utilização em todos os dias de serviço;

f) Responsabilizar-se pela segurança de seus funcionários durante a realização dos serviços, de acordo com as prescrições contidas nas NRs-18 e 35, utilizando-se de todos os equipamentos necessários à proteção individual e coletiva, adotando todos os procedimentos de segurança necessários à garantia da integridade física dos trabalhadores e obedecendo a todas as recomendações relacionadas à segurança do trabalho;

g) Atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho;

h) Cumprir fielmente todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado na execução do contrato;

i) Arcar com todos os ônus dos deslocamentos dos seus técnicos para a execução dos serviços.

§3º. Encargos inerentes aos materiais

a) Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, sendo que os materiais deverão ser novos, de acordo com as especificações do termo de referência;

b) Dimensionar, especificar e fornecer as ferramentas e equipamentos de uso, de acordo com seu plano de execução do serviço e necessidade do cronograma de execução, observadas as especificações estabelecidas;

c) Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo o material, equipamentos e ferramentas utilizados nos serviços, até a conclusão;

d) Diligenciar para que todos os materiais cheguem ao local do serviço em tempo para o cumprimento do prazo contratado, devendo comprar os materiais e insumos a antecedência necessária, considerando os prazos de entrega habituais e vigentes no mercado para o produto específico;

e) Verificar junto ao mercado a existência e disponibilidade de todos os materiais especificados, nas condições, cores e particularidades definidas, antes mesmo de iniciados os serviços, tendo em vista que após iniciado o serviço, não será aceita justificativa de ocorrência de atrasos decorrentes de dificuldades de fornecimento dos materiais especificados.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada pela execução total do serviço, o valor global de **R\$ 79.663,60** (setenta e nove mil seiscentos e sessenta e três reais e sessenta centavos), mediante depósito bancário em conta corrente, até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao atesto do documento fiscal pelo servidor responsável, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º da Lei 8 666/93.

§1º. O pagamento será feito em 2 (duas) parcelas, conforme a conclusão dos eventos estabelecidos na tabela abaixo:

Parcelas	Evento correspondente	Parcela correspondente
1ª	Conclusão do Edifício Anexo	30% do valor do Contrato
2ª	Conclusão do Edifício Sede	70% do valor do Contrato

a) Para o pagamento de cada parcela a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a.1) Nota fiscal, discriminando o evento e o contrato;

a.2) ART/RRT ou documento similar do Contrato, junto ao Conselho Regional de Classe do profissional responsável técnico pela execução do serviço devidamente quitada(o) e assinada(o) pelas partes;

a.3) Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista;

§2º. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere a retenções tributárias.

§3º. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo gestor da contratação e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

§4º. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

§5º. A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

§6º. Não haverá reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA– DA ALTERAÇÃO

O presente instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos e na forma estipulada pelo art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como se encontra em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e correrá à conta dos seguintes recursos orçamentários:

Ação: 02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo

Natureza da Despesa: 339039– Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Empenho nº 2023NE000264 de 29/05/2023.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em conformidade com as disposições previstas no edital de licitação, pelo descumprimento das obrigações decorrentes da presente Carta-Contrato, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- Pelo atraso injustificado no início da execução do serviço, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a **0,15% (quinze centésimos por cento)** sobre o valor total desta Carta-Contrato, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de **3% (três por cento)**;
- Pelo atraso na conclusão do serviço, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a **0,10% (dez centésimos por cento)** sobre o valor da parcela em atraso, até o 200º (ducentésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de **20% (vinte por cento)**;
- Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a **30% (trinta por cento)** sobre o valor da parcela inexecutada;
- Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a contratada estará sujeita à multa de **0,5% (meio por cento)** por ocorrência, calculada sobre o valor total desta Carta-Contrato.

§1º. O atraso superior a 20 (vinte) dias, no início da execução do serviço, caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto na alínea “c”.

§2º. Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o serviço poderá ser iniciado, no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se a Contratada à aplicação de multa diária de 0,15% (quinze centésimos por cento) sobre o valor total desta Carta-Contrato, podendo atingir o percentual de 3% (três por cento), cumulativa à multa prevista na alínea “a”.

§3º. A solicitação de prorrogação do prazo de início da execução do serviço, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

§4º. Os prazos de execução dos serviços admitem prorrogação nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-ES.

§5º. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

§6º. A aplicação das multas previstas não exige a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

§7º. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

§8º. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

§9º. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições do art. 49, §2º, do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

§10. A contagem do prazo estabelecido no §2º inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES.

§11. A contagem dos demais prazos inicia-se automaticamente, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

§12. Em havendo atraso na análise do pedido, por exclusiva responsabilidade do Contratante, a contagem dos prazos de execução poderá ser suspensa, a critério da Administração, reiniciando-se na data do recebimento da notificação expedida pelo setor competente do Tribunal.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS E PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Da aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária para contratar com a Administração, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação.

§1º. No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação, correndo igual prazo para apreciação do pedido de reconsideração.

§2º. Os recursos e pedidos de reconsideração serão dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Tribunal, que os decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e Condições estabelecidas neste instrumento assegurará aos Contratantes, nos termos do art. 77 e 78, da Lei 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, assegurados o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Para dirimir questões derivadas desta Carta-contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado, assinado e datado eletronicamente pelas partes.

Pelo Contratante: ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, CPF nº ***.280.887-**

Pela Contratada: ANDREZ KROB PEREIRA, CPF ***.725.880-**

Em 02 de junho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, Diretor Geral**, em 05/06/2023, às 19:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREZ KROB PEREIRA, Usuário Externo**, em 07/06/2023, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0967515** e o código CRC **EB564D49**.

0004973-57.2022.6.08.8000

0967515v2

Criado por [LETICIA.WERNECK](#), versão 2 por [LETICIA.WERNECK](#) em 02/06/2023 18:20:01.